

Política

■ André Gustavo Stumpf

O desenvolvimento e a insegurança do capital estrangeiro

Depois de muitas hesitações, o governo federal decidiu-se, afinal, por adotar as ortodoxas recomendações do Fundo Monetário Internacional e ordenar a economia brasileira de acordo com o receituário mais clássico do capitalismo. Os trabalhadores perdem vinte por cento de seus aumentos, os bancos vão conviver com o tabelamento de juros e proprietários de imóveis e entidades financeiras também serão obrigados a se ajustar ao expurgo decidido.

As decisões econômicas, que parecem apontar no sentido da queda da inflação, possuem uma dramática leitura político-partidária. O acordo entre PDS e PTB, costurado com paciência e habilidade, tanto por Ivete Vargas quanto por Nelson Marchezan, foi revogado fora do Brasil. Já o senador Roberto Campos, muito experimentado nestes assuntos, havia observado que aquele acordo interpartidário era irrealista e não poderia ser cumprido na prática.

E não foi. As medidas tomadas, desde o arrocho violento no salário do trabalhador até os expurgos determinados em diversos índices, modificam a essência daquilo que foi acordado entre o PTB e o PDS. O deputado Ário Teodoro, do PTB, declara-se, desde algum tempo, favorável ao simples rompimento do acordo com o PDS. Ivete Vargas, mais calma no conduzir da negociação, prefere aguardar um pouco mais. E aos articuladores do governo, que tanto trabalho tiveram com o assunto, só lhes resta balançar a cabeça em gesto de desânimo.

O Brasil passou a ser gerido pelo interesse estrangeiro de maneira tão ostensiva quanto pública. O ministro do Planejamento, Delfim Netto, depois de tentar numa conversa em Londres com Jacques de Larosiere para suavizar as exigências do Fundo Monetário em relação ao Brasil, retornou a Brasília e conseguiu convencer o presidente João Figueiredo da necessidade de atacar de frente o processo inflacionário, distribuindo pancadas para todos os lados. As hesitações da economia tem se constituído num elemento a mais para corroer os caminhos da política partidária na administração Figueiredo.

O patético exemplo do acordo entre PDS e PTB é apenas uma referência nos desenganos dos políticos de oposição ou situação. A divisão do PDS reflete, no todo ou em parte, esse despreço que o governo federal vem tendo com os políticos de seu partido, porque não pode ou não sabe como atendê-los. Em alguns casos, acontecem as duas possibilidades. É difícil enxergar a esta altura da

neblina que baixou sobre a Esplanada dos Ministérios os caminhos pelos quais a política brasileira, sempre caprichosa, vai percorrer.

A tentação totalitária parece afastada porque não há, no horizonte do visível, grupos fortes ou preparados para a aventura do golpe. Mesmo as mais tradicionais agremiações oposicionistas hoje estão mais interessadas em manter a ordem pública, mesmo a custa de desgastes notáveis, que em jogar numa crise institucional. No vácuo político-partidário que se armou no país, por intermédio de tantos pacotes malogrados, acender uma fogueira a esta altura não garantirá a ninguém a chegada oportuna do bombeiro.

Um país não abre falência, nem tem seus títulos apontados em algum cartório internacional de protestos. Apenas tem a sua soberania reduzida, por admitir maior interferência do capital estrangeiro em algumas de suas atividades essenciais. Hoje estão sob a mira direta do capital estrangeiro, o setor de informática, o de produção de armamentos e artefatos bélicos e, ainda, a maior participação dos bancos internacionais no mercado interno brasileiro. Uma ou outra fatia de alguma atividade poderá ser abocanhada pela negociação que ainda vai se fazer com o capital estrangeiro. O país não será protestado, apenas será levado a realizar concessões em áreas fundamentais.

A sequência de pacotes que o governo tem oferecido à sociedade brasileira contém, além de sua ineficácia um recado tão luminoso que será capaz de ferir olhos mais sensíveis. O desenvolvimento através da agregação de poupança externa reduziu o grau de autonomia do país e inverteu a equação máxima dos articuladores, civis e militares, que pregavam o famoso lema: desenvolvimento e segurança. Quanto maior foi o desenvolvimento nacional como consequência da agregação de dinheiro estrangeiro, menor foi a segurança do país, em seu sentido maior.

A insegurança do Brasil de hoje está em que dois partidos não podem fazer um simples e objetivo acordo, que ficam sob a pressão do poderoso Fundo Monetário Internacional. O acordo PDS e PTB foi revogado no exterior, assim como foram expurgados em vinte por cento os salários de todos os trabalhadores do país. O Brasil de hoje, outrora a "ilha de tranquilidade", é um país extremamente vulnerável por ter acreditado na falácia do desenvolvimento rápido com a agregação de poupança externa.

ECONOMIA - BRASIL